



## **IMAGINANDO A GLOBALIZAÇÃO: GEOMETRIAS DE PODER DE TEMPO- ESPAÇO\***

**Doreen Massey**

Geógrafa britânica e professora de Geografia na Open University (Inglaterra)

Existem, como sabemos muitas maneiras de se imaginar a globalização. Estas podem variar em termos de seu conteúdo empírico, das estruturas de suas conceitualizações, das periodizações implícitas ou explícitas que consideram como possibilidade futura<sup>1</sup> e assim por diante. É impossível, e provavelmente indesejável, legislar em favor de uma ou de outra interpretação.

Neste debate sobre significado e interpretação, há, no entanto, certos aspectos que valem a pena serem discutidos e o propósito deste artigo é ocupar-se de um deles. Porque me parece que há certas maneiras correntes de conceitualizar a globalização – seja nos discursos acadêmicos ou populares - que precisam ser criticadas politicamente e intelectualmente. Estas conceitualizações não somente são descuidadas em relação à certas coisas as quais em outras circunstâncias seríamos escrupulosos, como também possuem uma inocência inadvertida sobre posicionalidade.<sup>2</sup> Além disso, emprestam credibilidade à um certo tipo de política (neste caso uma forma específica de globalização), não por serem explícitos sobre isto, mas por aceitarem a globalização como inevitável.

Desejo, então, examinar algumas maneiras de “imaginar-se a globalização” e explorar seus efeitos. Esta exploração, no entanto, será tecida ao redor de dois temas centrais. Primeiramente enfatizamos a importância de sempre estarmos alerta para as relações de poder tanto nas esferas sociais que estamos examinando quanto no sentido das relações de poder embutidas nos sistemas de conhecimento-poder nas quais as nossas conceitualizações são construídas. O segundo tema refere-se ao espaço-tempo (ou tempo-espaço) e como nós os conceitualizamos. Um dos mais construtivos e interdisciplinares

---

\* As palestras Hettner foram baseadas nas idéias contidas em um artigo mais amplo. Gostaríamos de agradecer a Associação Britânica de Sociologia (British Sociological Association) pela permissão desta reimpressão. O artigo faz parte de um volume intitulado *Future worlds: migration, environment and globalization*, editado por Avtar Brah, Mary Hickman and Máirtín Mac and Ghail publicado por Macmillan em 1999 [que também concedeu o direito de publicação da tradução para esta edição da Revista Discente Expressões Geográficas].(Tradução de Maria das Graças Brightwell e revisão de Vicente Rosa Alves).

<sup>1</sup> envisage.

<sup>2</sup> positionality

encontros acontecidos recentemente foi entre os estudos sociológico-culturais e a geografia ao redor do projeto de espacialização da teoria social. O meu ponto de vista é que este projeto tem se mostrado extremamente produtivo - e poderia ser ainda mais - e suas implicações dizem respeito à natureza e também ao conteúdo de nossas teorizações.<sup>3</sup> Nossa posterior apresentação das diferentes maneiras pelas quais a globalização nos dão uma pista das questões envolvidas. “Globalização” pareceria ser um objeto intrinsecamente espacial. Mas será que qualquer um explorando a globalização estaria pensando espacialmente? Na verdade não é bem assim, conforme eu discutirei posteriormente. A diferença entre pensar a globalização espacialmente e pensá-la a-espacialmente é considerável – e significativa. Finalmente, estes dois temas (relações de poder e espaço-tempo) são conectados no que eu chamei de geometrias de poder de tempo-espaço.<sup>4</sup>

### **A globalização como espacialização da estória da modernidade**

Uma das mais provocativas e produtivas mobilizações do termo “globalização” tem sido seu uso, em particular pelos teóricos “pós-colonialistas”, na re-narração da clássica estória da modernidade. A globalização com esta aparência tem tido efeitos dramáticos, deslocando e deslocando efetivamente (em todos os inúmeros sentidos destas palavras) a maneira como tão frequentemente costumava ser contada a história estória da modernidade. Hall argumenta que esta é uma das principais contribuições da crítica pós-colonial:

O elemento realmente característico em uma periodização “pós-colonial” é o re-fraseamento retrospectivo da Modernidade dentro da moldura da ‘globalização’. Neste sentido, o ‘pós-colonial’ marca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica, a qual, tanto na historiografia liberal e na sociologia histórica Weberiana, quanto na tradição dominante do Marxismo ocidental, deu à esta dimensão global uma presença subordinada em uma estória que poderia essencialmente ser contada a partir de parâmetros europeus.<sup>5</sup>

Os efeitos desta globalização da estória da modernidade são profundos. O primeiro efeito – e realmente a principal intenção - é de retrabalhar a modernidade afastando-a do sentido de ser somente o desenrolar interno da estória da Europa. A meta tem sido precisamente descentralizar a Europa. Assim: “Esta re-narrativização desloca a ‘estória’ da modernidade capitalista da sua centralidade europeia para as suas “periferias” globais dispersas. Colonização, entendida ou re-lida neste sentido, somente era inteligível como um evento de significância global”.<sup>6</sup>

‘Colonização’ torna-se mais do que um tipo de subproduto dos eventos na Europa. Ao invés, “assume o lugar e o significado de um evento histórico mundial grande, extenso e com rupturas”. Além disso, não somente é mais importante - mais central – como um fenômeno, como também sofre mudanças nos seus significado e seus efeitos. A ‘Colonização’, aqui,

---

<sup>3</sup> theorising

<sup>4</sup> Questões sobre a espacialização da teoria social são exploradas em um próximo livro. A noção de geometria de poder foi primeiramente introduzida por Doreen Massey em ‘Power-geometry and a progressive sense of place’, in John Bird, Barry Curtis, Tim Putnam, George Robertson and Lisa Tickner (eds.) *Mapping the future: local cultures, global change* (London: Routledge, 1993) p. 56-69 e ‘A global sense of place’, in Doreen Massey, *Space, place and gender* (Oxford: Polity Press, 1994) p. 146-156.

<sup>5</sup> Stuart Hall, ‘When was the “post-colonial”? Thinking at the limit’ em Ian Chambers and Lidia Curti (eds.) *The post-colonial question: common skies, divided horizons* (London: Routledge, 1996) p. 242-260; citação da página 250.

<sup>6</sup> Hall, ‘When was the “post-colonial”?’ *op. cit.*, p.250.

nesta estória da globalização é também um momento crucial na formação da própria identidade do 'Ocidente'.

O segundo efeito de se globalizar desta maneira a estória da modernidade é que, uma vez que a história da modernidade é entendida como sendo mais que a história da própria aventura européia, é possível apreciar como a maneira anterior de se contar a estória (com a Europa no centro) foi de fato gerada e fortalecida pela maneira como o processo foi experimentado *dentro da Europa*. Foi a história contada através da experiência de exploração fora da Europa e da descoberta de terras e pessoas outras que a Europa. Foi uma estória contada pelo ponto de vista da Europa enquanto protagonista. Globalizar aquela estória permite uma compreensão da sua posicionalidade, das suas raízes geográficas.<sup>7</sup>

Em terceiro lugar, uma verdadeira globalização/espacialização da história da modernidade revela o quanto o discurso padrão daquela história foi usado com fins de legitimação. É através daquele discurso Eurocêntrico da história da modernidade que o projeto (de fato particular e altamente político) de generalização da forma do Estado-Nação ao redor do globo pôde ser legitimado como progresso, como 'natural'. Além disso, aquele progresso – da divisão da terra em entidades políticas conectadas – apesar de ser um projeto particularmente poderoso, foi apenas um aspecto no desenvolvimento de uma maneira de imaginar mais genericamente 'culturas' e 'sociedades' e em particular de conceitualizá-las como tendo uma relação específica com o espaço. Tanto as culturas como as sociedades eram imaginadas como possuidoras de uma relação integral com espaços relativamente conectados. E isto, por sua vez – e este é um ponto que deveremos argumentar posteriormente - refletiu em uma abordagem característica do espaço em geral. Os "lugares" passaram a ser vistos como divididos, com suas próprias autenticidades internamente geradas, definidas pelas suas diferenças em relação a outros lugares localizados externamente, além de suas fronteiras. Esta é uma abordagem que permanece dominante hoje em dia. Como argumentam Gupta e Ferguson:

Representações do espaço nas ciências sociais (e, pode-se acrescentar, não somente nas ciências sociais, mas nos discursos políticos e populares também) são altamente dependentes de imagens de ruptura, quebra e disjunção... A premissa da continuidade forma o ponto de partida para teorizar o contato, o conflito e a contradição.<sup>8</sup>

Nosso ponto de partida, em outras palavras, é geralmente uma imaginação de espaços que já estão divididos, de lugares que já estão separados. O cerne da questão aqui, então, é tanto uma maneira de organizar e controlar o espaço quanto uma maneira de conceitualizá-lo. Conforme argumentou Walker sobre o caso específico do Estado-Nação:

As teorias de relações internacionais são mais interessantes como aspectos da política do mundo contemporâneo que precisavam ser explicadas do que como explicações da política do mundo contemporâneo. Como tais, elas podem ser lidas como um discurso específico do Estado moderno e como uma prática constitutiva cujos efeitos podem ser detectados nos mais remotos interstícios da vida cotidiana.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> geographical embeddedness.

<sup>8</sup> Akhil Gupta e James Ferguson, 'Beyond "culture": space, identity, and the politics of difference', *Cultural Anthropology* 7 (1992) pp. 6-23; citação p. 6.

<sup>9</sup> R.B.J. Walker, *Inside/outside: international relations as political theory* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993) p. 6.

Em outras palavras, aquela maneira anterior de entender a modernidade permitiu o estabelecimento e a universalização de molduras teóricas e conceituais específicas, o que por sua vez fortaleceram a estrutura material de certas maneiras de organizar a sociedade e o espaço.

Em quarto lugar - e novamente parte integrante do que se constitui o projeto pós-colonial de espacialização - a renarração<sup>10</sup> da estória da modernidade através da globalização expôs as pré-condições da modernidade e os efeitos da violência, racismo e opressão. É aqui que a sempre contada história da questão posta à modernidade por Toussaint l'Ouverture torna-se relevante. Na sua crítica sobre o etnocentrismo presente na versão de modernidade Foucaultiana, Bhabha escreve: "As limitações etnocêntricas do signo espacial da modernidade em Foucault tornam-se imediatamente aparente se nos posicionamos, no imediato período pós-revolucionário, em São Domingo com os Jacobinos negros, e não em Paris".<sup>11</sup>

Toussaint l'Ouverture, líder dos escravos rebeldes tinha os princípios da Revolução Francesa (modernidade) sempre em mente. C.L.R. James escreve: "O significado da França revolucionária esteve sempre nos seus lábios, em discursos públicos, na sua correspondência... Se ele estava convencido que São Domingo iria decair sem os benefícios da conexão francesa, ele estava igualmente certo que a escravidão nunca mais seria restaurada".<sup>12</sup>

Ele estava, é claro, 'errado'. Conforme coloca Bhabha, ele teve que compreender 'a trágica lição que a moral, a *moderna* disposição da humanidade, encravada no signo da Revolução, somente alimenta o fator racial arcaico na sociedade escravista', e Bhabha pergunta 'o que aprendemos dessa divisão de consciência<sup>13</sup>, daquela disjunção "colonial" dos tempos modernos e das histórias coloniais e escravistas...?'<sup>14</sup> Em outras palavras (algumas das) condições pré-materiais e efeitos do projeto da modernidade, quando trazidas à luz por esta abertura espacial<sup>15</sup>, minam a sua própria história: "Esta re-narração desloca a 'estória' da modernidade capitalista do seu centramento europeu para suas 'periferias' globais dispersas; da evolução pacífica para a violência imposta".<sup>16</sup>

Em quinto lugar, a exposição dessas pré-condições e efeitos revelam aquela estória da modernidade como sendo precisamente também o estabelecimento de uma 'posição enunciativa' a qual (i) apesar de particular, reivindicou universalidade, mas a qual (ii) não era para ser (não podia ser) de fato universalizada ou generalizada. Em outras palavras, um dos efeitos da modernidade foi o estabelecimento de uma relação de poder/conhecimento específico o qual foi refletido em uma geografia, que foi também uma geografia de poder (os poderes coloniais/os espaços colonizados). E nos momentos pós-coloniais foi isso que aconteceu. Porque ao expôr aquela geografia – pelo levantar das vozes localizadas fora do espaço aceito do discurso da modernidade – ajudou também a expor e minar as relações de poder/conhecimento.

Em todas estas maneiras, a globalização/espacialização da estória da modernidade forneceu uma interpretação, e, portanto desafiou *tanto* um sistema de normas *quanto* um sistema de conhecimento e representação.

---

<sup>10</sup> Re-telling

<sup>11</sup> Homi K. Bhabha, *The location of culture* (London: Routledge, 1994) p. 244.

<sup>12</sup> C.L.R. James, *The black Jacobins* (London: Allison and Busby, 1938) p. 290.

<sup>13</sup> Split consciousness

<sup>14</sup> Bhabha, *The location of culture*, op. cit., p. 244.

<sup>15</sup> spatial opening-out

<sup>16</sup> Hall, 'When was the "post-colonial"?' op. cit., p. 250.

Agora, isto revela bastante sobre maneiras de pensar sobre (incluindo não pensar) o espaço em si mesmo. Mais evidentemente, a versão padrão da estória da modernidade – como uma narrativa de progresso emanando da Europa – representa uma vitória discursiva do tempo sobre o espaço. Isto quer dizer que diferenças que são verdadeiramente espaciais são interpretadas como sendo diferenças em desenvolvimento temporal – diferenças no estágio do progresso alcançado. Diferenças espaciais são reconvocadas como uma seqüência temporal. Assim, a Europa Ocidental é entendida como sendo ‘avançada’, outras partes do mundo ‘um pouco mais atrasadas’ e outras ‘atrasadas’. Eufemisticamente mudar o rótulo de ‘atrasado’ para ‘em desenvolvimento’ em nada altera o processo de se pensar a variação espacial em termos de uma série temporal.

No entanto, o impacto é mais complexo que uma simples aniquilação total do espacial. Certamente, este ordenamento de diferenças (espaciais) em seqüências temporais tem efeitos importantes. De forma mais significativa, impede, ou ao menos reduz a importância real e a medida total de diferenças reais que estão em questão. E esta observação em si mesmo começa a indicar o que pode ser dito como ‘o espacial’. Conforme já foi indicado, a ‘velha’ versão da estória da modernidade tinha uma concepção de espaço – como sendo entalhado e unido, politicamente, por exemplo, em vários Estados-Nações. As reconhecidas diferenças espaciais foram reunidas em uma seqüência temporal. É este ato que priva estas diferenças espaciais da sua ‘real importância’, priva-os ‘da medida total das verdadeiras diferenças que estão em questão’. O reconhecimento da verdadeira espacialidade necessita reconhecer um maior grau de diferença. Um tipo diferente de diferença, que envolva a existência de trajetórias que tenham pelo menos algum grau de autonomia uma em relação as outras (que não são simplesmente alinháveis em uma estória linear). Começa a emergir uma conexão entre a espacialização real e a possibilidade de estórias diferentes - a existência de alteridade.

Ironicamente, então, não somente esta estruturação temporal da geografia da modernidade é uma representação do espacial, é também a representação da possibilidade de outras temporalidades (além daquela que preconiza o progresso estatal em direção a modernidade/modernização/ desenvolvimento do modelo Euro-Occidental). Realmente é nestes termos – quer dizer, sobre a existência de outras temporalidades e estórias – que o argumento contra a formulação dominante de modernidade geralmente é colocado. Em outras palavras: para diferentes temporalidades co-existirem deve haver espaço.

Este ato de globalização, então, nos diz algo sobre o potencial da espacialidade. A característica inerente apontada claramente no espacial é a coexistência temporal de distintas narrativas. Em figurações espaciais, as temporalidades que previamente não eram relacionadas podem entrar em contato, ou as previamente relacionadas podem separar-se. Nesta leitura, o espacial é crucialmente o domínio da justaposição de narrativas dissonantes. Lugares e espaços, ao invés de serem posições com coerências distintas, tornam-se precisamente o foco do encontro do não-relacionado. Além disso, sendo assim, então o espacial em si mesmo torna-se gerador de narrativa. O espacial no seu papel de pôr em contato diferentes temporalidades gera uma provocação para a interação, o qual desencadeia novos processos sociais. (E por sua vez, isto enfatiza a natureza das narrativas como sendo não o desenrolar de alguma estória internalizada [algumas identidades já estabelecidas] – a história da Europa produzida por si mesma – mas sobre a interação e o *processo de constituição* de identidades – a noção reformulada de colonização). Esta maneira de “fazer globalização” então – de espacializar a estória da modernidade – inicia especificando a contribuição potencial do espacial para a teoria social. É uma abordagem

que une espaço e tempo, espacialidade e temporalidade. Conta uma estória genuinamente espacial da globalização.

### **Globalização não-espacializada**

Entretanto, apesar de certamente ter sido usado, conforme descrito, de uma maneira genuinamente sofisticada para espacializar a narrativa da modernidade, o termo 'globalização' é de fato freqüentemente mais usado – por acadêmicos, políticos e popularmente – de uma maneira muito mais livre. A diferença entre estas duas maneiras de usar o conceito é importante (pelo menos do meu ponto de vista) porque enquanto a primeira abordagem alcança uma espacialização genuína, com todos os efeitos dos transtornos produtivas que acabamos de discutir, o mesmo não ocorre com a segunda abordagem. Além do mais, por causa disso – e esse é o ponto – a noção mais frouxa de globalização está sujeita a muitas das mesmas críticas feitas à estória não-espacializada da modernidade.

'Globalização' é atualmente um dos termos mais usados e poderosos em nossas imaginações geográficas e sociais. No seu extremo (apesar de 'extrema' esta versão é altamente popular) o que chama a atenção é uma visão de total mobilidade sem grilhões, de espaço sem fronteiras. Em trabalhos acadêmicos, talvez particularmente em sociologia e estudos culturais, a característica mais presente é um sumário da globalização econômica na abertura de parágrafos que irão tratar de alguma coisa "mais social". No pior caso, tornou-se algo como um mantra. Palavras e frases características fazem uma aparição obrigatória: instantâneo; Internet; operações financeiras; a periferia invadindo o centro; o aniquilamento do espaço pelo tempo. Nestes textos, a economia mundial emergente será aprisionada por um ícone econômico: referência à CNN, McDonald's, Sony. Aliteraões judiciosas<sup>17</sup> se esforçarão para exprimir este labirinto: Beijing – Bombay – Bamako – Burnley. (o que está em questão é a nossa imaginação geográfica. E neste sentido as aliteraões são de um interesse particular: o quão freqüentemente eles revelam, nas expectativas dos efeitos que produzirão, uma geografia imaginativa que ainda sabe o que é "o exótico" e o que é "o banal" e quando acomodá-los em inesperadas justaposições [apesar de ser agora um tropo bastante comum].)

De qualquer maneira, este mantra usado tão freqüentemente como uma introdução ao estudo em si, é sempre uma evocação de uma visão poderosa. É uma visão de um espaço imenso, desestruturado, livre e sem fronteiras e de uma mistura gloriosa e complexa. É também uma visão a qual, apesar de ser aparentemente glorificante em seu reconhecimento do espacial (enquanto que ao mesmo tempo falando da sua aniquilação) me traz desconforto. E o faz por quatro razões interligadas.

Primeiramente, nesta era de entendimento sobre significado das construções discursivas, esta visão exhibe uma aceitação curiosa da "factualidade"<sup>18</sup> material das estórias que (alguns) economistas contam. Existe uma estranha e perturbadora anomalia aí. É como se, no movimento em direção a um envolvimento maior com o social e o cultural (que era parte de uma rejeição maior e positiva de um prévio economicismo) nos afastamos completamente de encarar a economia de maneira séria. Mas o resultado irônico disto foi que "o econômico" ainda está colocado, mas agora como o essencial, mas geralmente inquestionável pano de fundo de nossas estórias sobre o social e cultural. Antes de continuarmos a contar os resultados de nossas pesquisas, cheios de complexidades e

---

<sup>17</sup> Judicious alliterations

<sup>18</sup> factness

repletos de nuances, assumimos que há uma globalização econômica. É a reintrodução pela omissão (e, portanto passa despercebida) de um tipo persistente de economicismo.

A aceitação como pano de fundo de uma versão particular de globalização econômica trás consigo, no entanto, outros efeitos. Precisamente por sua falta de especificação e espacialmente por uma falta de análise de suas causas – com exceção de certo determinismo tecnológico - esta versão de globalização econômica acaba tendo quase que a inevitabilidade de uma narrativa magnífica. (Com “história” – leia-se com mudança tecnológica – estas coisas acontecem, não?). Globalização, então, é inevitável. É como a estória do progresso da modernidade. E com isso, por sua vez, novamente como no discurso da modernidade, veio uma imaginação de diferenciação espacial como se fosse temporal. Mais uma vez, diferenças espaciais são convocadas sob o signo de seqüência temporal. Mali e Chad “ainda” não foram atraídos para a comunidade global das comunicações instantâneas? Não se preocupe; logo eles serão. Logo eles serão, neste sentido, como nós.

Esta é uma visão a-espacial da globalização. A diferença potencial das trajetórias de Mali e Chad é ocultada. Assume-se que estejam seguindo o mesmo (o nosso) caminho da globalização. Devido a ordenação do espaço sob o signo do tempo, estes países não possuem espaço – precisamente – para contar diferentes estórias, para seguir outro caminho.

O que tem sido esquecido neste ícone econômico com sua inevitabilidade implícita é que a globalização econômica pode tomar formas variadas e, ainda mais fundamentalmente, o ‘econômico’ é também um discurso. Está na hora de usar nossas habilidades desconstrutivas nesse campo também. Por que, crucialmente, o material e o discursivo se interligam: a maneira como imaginamos a globalização afetará a forma que ela tomará.

O que nos leva diretamente para segunda fonte do meu descontentamento com a visão de liberdade de movimento gerada pela globalização. Porque a imaginação de uma globalização em termos de espaços livres e sem fronteiras soa parecida demais com a poderosa retórica neoliberal de “livre-comércio”. É um elemento pivô em um discurso poderoso e inteiramente político, predominantemente produzido nos países do hemisfério norte e que tem suas próprias instituições e profissionais – o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, governos ocidentais. Discurso que não somente é normativo, mas que também produz efeitos.

No hemisfério ‘Sul’ é este entendimento do mundo do futuro (como um espaço de comércio sem fronteiras) que permite a imposição de programas de ajuste estrutural com todos os horrendos e bem documentados efeitos de polarização, afetando negativamente as condições de vida das populações que já são pobres, especialmente das mulheres. É este entendimento da inevitabilidade desta forma de globalização que legitima o cumprimento das orientações de uma economia que prioriza exportações no lugar de produção para consumo interno. Este discurso desta forma particular de globalização é um componente importante na continuação da legitimação da idéia de que há um modelo particular de “desenvolvimento”, um caminho para uma forma de ‘modernização’.

Também no hemisfério ‘Norte’ (o ‘Primeiro Mundo’), este discurso de globalização tem efeitos: o constante discurso e descrição de uma maneira específica é parte do projeto ativo de sua produção. O discurso torna-se a base de decisões precisamente para implementá-lo. A assinatura do GATT na rodada do Uruguai foi um passo adiante; a Organização Mundial de comércio esta comprometida a produzi-lo; Margareth Thatcher, em um dos seus primeiros atos quando se tornou primeira ministra em 1979 aboliu controles monetários e financeiros. Esta é uma extraordinária demonstração da total interconexão de “representações” e “ação” no (projeto de) produção de uma espacialidade em particular. Por

um lado, globalização (nesta inquestionável forma neoliberal) é representada como total inevitabilidade – uma força pela qual devemos nos adaptar ou nos deixar cair no esquecimento. Por outro lado, algumas das agências mais poderosas do mundo estão altamente intencionadas em produzi-la – contra todas as manifestações e recalcitrâncias demonstradas pelos “menos dinâmicos” setores da população e economia mundial (leia-se aqueles que têm uma imaginação diferente do mundo). A duplicidade dos poderosos nisto é profunda. Os líderes econômicos mundiais encontram-se (em Washington, Paris ou Davos) para se congratular, exibir e reenforçar seu poder, um poder que consiste em insistir que eles (nós) são impotentes – diante das forças de mercados globalizantes não há nada que possa ser feito. Exceto, é claro, empurrar o processo adiante.

Esta visão da globalização neoliberal, então, não é tanto uma descrição do mundo como ele é quanto uma imagem na qual o mundo está sendo feito. Mas esta visão, uma vez tendo sido levantada e instalada como hegemônica, possibilita o contexto de outras ações. Particularmente, possibilita a desculpa da *inatividade*. John Gray, tendo assumido esta versão da globalização, procede argumentando que – portanto – as possibilidades da democracia social estão chegando ao fim.<sup>19</sup> Governos conservadores presidem sobre o declínio de uma boa parte da indústria manufatureira e nos explicam que o crescimento agora deve derivar principalmente de investimentos internos. Tony Blair recusa sugestões de políticas públicas mais progressistas na área de impostos e bem-estar social (‘não é possível fazer isto - temos a globalização como vocês sabem’). Tal como no caso da modernidade, aqui temos uma poderosa geografia imaginativa. É uma imaginação bastante diferente: no lugar de espaços divididos e limitados aqui temos uma visão de espaço aberto e sem barreiras. Mas ambas funcionam como imagens com as quais o mundo é feito. Ambas são geografias imaginativas que *legitimizam* (é claro que sem declarar abertamente) em nome dos poderosos e daqueles a cujas imaginações elas pertencem.

E mesmo assim – e esta é a terceira razão do meu desconforto – de qualquer maneira, esta noção de globalização não é acurada. Claramente, o mundo ainda não é totalmente globalizado (o que quer que seja que isso signifique); o simples fato que alguns estão batalhando duro para conseguir é a evidência da incompletude do projeto. Mas esta é mais do que uma questão de incompletude – é mais do que uma questão de esperar que os retardatários (a maioria do Terceiro Mundo e aqueles imobilizados no Primeiro) alcancem. Mais uma vez, como no caso da modernidade, esta é uma imaginação geográfica que ignora as divisões estruturais, as rupturas e desigualdades necessárias, das quais depende o sucesso da visão projetada. Eu argumentaria que é uma imaginação geográfica que ignora sua própria espacialidade real.

Apenas considerem por um momento alguns ícones econômicos *alternativos*. Primeiramente, Hirst e Thompson argumentam que as maiores economias nacionais mundiais não são mais abertas em termos de comércio e fluxo de capital do que eram no período do Gold Standard.<sup>20</sup> Além do mais, eles apontam para o fato de que, a médio prazo (vamos dizer no último século), não tem havido uma mudança em uma direção monotônica<sup>21</sup> e linear. Ao invés disso, os graus de abertura tem flutuado ao longo do tempo com a natureza do desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, Hirst e Thompson também fazem alguns cálculos sobre os tipos de fluxos os quais geralmente são ditos caracterizar a

<sup>19</sup> Jonh Gray, *After social democracy: politics, capitalism and the common life* (London: Demos, 1996).

<sup>20</sup> Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance* (Cambridge: Polity Press, 1996) e ‘Globalization: ten frequently asked questions and some surprising answers’, *Sounding 4* (1996) p. 47-66.

<sup>21</sup> monotonic



globalização no momento. O que eles demonstram é uma concentração geográfica espetacular. 91.5% dos investimentos estrangeiros diretos são investidos em partes do mundo onde somente 28% da população vivem. O número para comércio é quase tão alto – 80%. O ponto imediato aqui, então, é a natureza desigual da incorporação das pessoas do mundo nesta globalização tão comumente descrita. Além disso, o terceiro fato icônico alternativo – esta é uma desigualdade *produzida*. Uma das mais notáveis, ainda assim menos percebidas, características da desigualdade dentro do tipo de globalização atual é aquela entre o capital e o trabalho. Não há mercado mundial para o trabalho como há para o capital. Enquanto que o capital – na forma de transações financeiras, investimentos, e comércio de bens – realmente têm, em épocas recentes, se movido mais livremente ao redor do mundo, e tem sido encorajado a fazê-lo sob o signo de “livre-comércio”, as pessoas não são de jeito nenhum encorajadas a mover-se. O capital pode mover-se em busca das melhores oportunidades de investimento, e quando assim o faz é elogiado por sua flexibilidade e sensibilidade<sup>22</sup>. O trabalho, as pessoas que desejam vagar pelo mundo em busca de trabalho, são castigadas como “somente” migrantes econômicos. Barreiras são criadas contra elas entre as grandes áreas do mundo para que sejam mantidas em seus lugares. Obviamente a migração internacional continua, mas é reduzida, cercada e controlada. Muito diferente da exuberância com que o movimento livre do capital é festejado. Além disso, a migração internacional que permanece é claramente segregada entre os ricos, aqueles com formação, e/ou dinheiro para investir e que podem locomover-se com relativa facilidade, e do outro lado, os pobres e sem formação, contra os quais barreiras são constantemente levantadas.<sup>23</sup>

Não queremos com isso argumentar que a “globalização” não está acontecendo. Ao contrário, nosso ponto de vista é que esta é uma forma específica de globalização, que é produto e está embutida no discurso de livre movimento e barreiras que o neoliberalismo comparte com boa parte dos estudos sociais e culturais. E uma das características desta forma de globalização (contrária às suposições de equilíbrio sob as quais as teorias neoliberais estão baseadas) é que ela exacerba a desigualdade tanto dentro dos países quanto entre eles.

Além do mais, aqueles poucos fatos econômicos icônicos sobre a atual forma de globalização enfatizam algo mais: que a repentina consciência da globalização no Primeiro Mundo não pode ser o resultado de uma nova “abertura” em geral. Conforme vimos, de certa forma a abertura não é novidade. O que provavelmente causa esta preocupação agitada é a mudança de termos e geografia daquela abertura. Agora é o Primeiro Mundo que está recebendo investimento interno. (E é claro 72% da população mundial está para além desta quantia). São as cidades do Primeiro Mundo que a médio prazo tem recebido a chegada de pessoas de outras partes do mundo. Como tem sido comentado, muito dos trabalhos sobre diásporas e hibridismo tem sido estimulada pela famosa “chegada da margem ao centro”. (Esta era a provocação para recontar a história da modernidade). Neste sentido, já é reconhecido que é uma estória contada pelo Primeiro Mundo.

Com exceção de que esta é muito mais uma estória do primeiro Mundo do que indica o relato. Porque as margens ainda *não* chegaram ao centro. Esta é a visão daqueles que já estavam ‘no centro’ e daqueles da periferia que conseguiram entrar. A maioria da ‘periferia’

---

<sup>22</sup> responsiveness

<sup>23</sup> Russel King, ‘Migrations, globalizations and place’, in Doreen Massey and Pat Jess (eds.) *A place in the world? Places, cultures and globalization* (Oxford: The Open University with Oxford University Press, 1995) p. 5-44.

tem sido severamente excluída. E as mudanças atuais nas políticas de imigração indicam que no futuro muito poucos deles chegarão. A sua chegada está sendo ativamente impedida. Tudo isto levanta minha quarta e última fonte de preocupação sobre esta formulação da globalização. Ela nos leva de volta novamente para a forma discursiva da visão neoliberal da globalização: isto é, como esta visão imagina o mundo. Pensemos, para começar, de alguns dos mais fortes proponentes do livre-comércio à direita do espectro político. Eles argumentam em favor do livre comércio em termos que sugerem que existe algum direito implícito na mobilidade global. O próprio termo “livre” imediatamente implica algo bom, alguma coisa para se almejar. Entretanto, é só surgir um debate sobre imigração que imediatamente eles recorrem a uma imaginação geográfica totalmente diferente. É uma visão de mundo que é igualmente poderosa, igualmente – aparentemente – sem controvérsias. No entanto, está em total contradição com a visão de globalização. Esta segunda imaginação é a imaginação de lugares a serem defendidos, dos direitos das “pessoas do lugar” aos seus próprios “lugares locais”, em um mundo dividido pela diferença e pelas barreiras firmes, uma imaginação geográfica de nacionalismos. Em uma lufada estes porta-vozes assumem que “livre-comércio” é parecido com alguma virtude, e no próximo eles derramam veneno contra os refugiados (geralmente tidos como farsantes) e ‘migrantes econômicos’ (‘econômico’, parece não ser uma razão suficientemente boa para migrar... - *o que* eles estavam dizendo sobre capital?!).

Temos aqui duas verdades patentes, duas imaginações geográficas completamente diferentes que são mobilizadas uma de cada vez. Não importa que elas se contradigam, por que funcionam. E assim, nesta era de globalização temos cães farejadores para detectar pessoas escondendo-se em botes, pessoas morrendo tentando atravessar o Rio Grande, barcos cheios de pessoas tentando “buscar as melhores oportunidades” descem o Mediterrâneo. Este imaginário duplo, exatamente pelo *fato de sua duplicidade*, da liberdade de espaço em um lado e o “direito ao seu próprio lugar” por outro, funciona a favor daqueles que já são poderosos. Eles podem ter os dois lados.

Mais uma vez ecoa aqui a maneira como a estória da modernidade foi contada, e esta maneira de conceber a globalização deve ser objeto da mesma crítica. Assim como foi a pretensão de Toussaint l’Ouverture de participar dos princípios do discurso legitimador da modernidade, assim hoje a exigência de livre mobilidade (o discurso da globalização) pelos pobres do mundo é rejeitada como fora de mão. A nova ordem mundial da globalização do capital (de qualquer maneira altamente desigual) está como previsto segurando o trabalho em lugares como fez a modernidade com a escravidão. Se, nas palavras de Bhabha, o discurso da modernidade incentivou ‘o fator racial arcaico na sociedade escravista’ (apesar de ter sido tudo menos arcaico) então também os discursos da globalização como livre movimento ao redor do mundo está incentivando sentimentos ‘arcaicos’ (mas não) de paroquialismo, nacionalismo e a exclusão daqueles que são diferentes.

A estória hegemônica da globalização hoje, então, relata uma globalização de uma maneira específica. Esta não é a globalização da baixa modernidade nem aquela do Alto Imperialismo. A mobilização de poderosas imaginações geográficas do mundo (inconsistentes, falsamente patentes, nunca universalizáveis – mas poderosas) é, no entanto, integral para as conquistas (‘deles’).

Entretanto, elas são imaginações de uma geografia que não é totalmente geográfica. Isto, eu diria, é uma história da globalização que não é verdadeiramente espacializada. Neste sentido, ela é precisamente da mesma forma da estória da modernidade – como uma estória da História interna da Europa – que tem sido tão duramente criticada pelos teóricos pós-colonialistas. Realmente, esta versão da estória da globalização, apesar de ser sobre um

fenômeno 'espacial' (como realmente a exploração e a colonização foram contadas na história da modernidade), precisamente provocada pelo que está acontecendo no 'Ocidente' e pelas experiências daquele Ocidente; é em alguma medida - justamente como era o discurso colonial - fundada sobre uma ansiedade Ocidental. Além do mais, exatamente como foi com a modernidade, este discurso da globalização fornece uma legitimação das coisas. Não é meramente uma descrição, mas um discurso, uma geografia imaginativa, que justifica as ações daqueles que a promulgam, incluindo uma atitude particular em relação ao espaço e ao lugar. Novamente, exatamente como no caso da história da modernidade, este é um discurso que não é simplesmente generalizado, nem generalizável. A atual globalização do capital é, pelo menos no momento, baseada na manutenção das pessoas em determinados lugares. Aquele 'outro' discurso de divisas fechadas e paroquialismos temerosos e defensivos não é uma ressaca antiga. Nem são os dois discursos simplesmente contraditórios. Ambos são partes e parcelas na construção de uma forma específica de globalização econômica que nos deparamos no momento. E, finalmente, esta versão de globalização é mais uma vez relacionada à construção de posições discursivas privilegiadas que instalam uma moldura de pensamento como (se fosse) universal. Isto é, uma vez mais, uma geografia altamente específica de poder/conhecimento.

O meu argumento é que esta narrativa de globalização não é verdadeiramente espacializada. É uma história contada como universal a partir de uma fala posicionada geograficamente. É uma imaginação que ignora a estruturação de desigualdades, rupturas e divisões sobre a qual ela é construída. Ela convoca, novamente, diferenças espaciais reais para a hegemonia de uma seqüência temporal (nós todos seremos globalizados desta maneira eventualmente) e, portanto bloqueia a possibilidade de diferenças reais. É uma história da globalização que permanece necessitando espacialização. Da mesma forma como o re-trabalho pós-colonial transtornou produtivamente a história prévia da modernidade, uma genuína espacialização da maneira pela qual pensamos a globalização nos permitiria contar uma história muito diferente.

### **Geometrias de poder do tempo-espaço**

Nas seções anteriores emergiram três maneiras diferentes de imaginar a relação entre o espaço e a sociedade. Primeiro há a história da modernidade: de espaços divididos em parcelas, de um isomorfismo assumido entre espaços/lugares e culturas/sociedades. Em segundo lugar, há a noção hegemônica corrente de espaços de fluxos: o espaço da história da globalização sem grilhões. Eu argumento que ambas as visões de globalização são deficientes. Em ambos os casos elas foram mobilizadas em histórias que na realidade aniquilam a sua própria especialidade, onde a diferença espacial perde qualquer possibilidade de autonomia devido ao seu arranjo discursivo em seqüências temporais. Não havia um simples isomorfismo entre lugar e cultura sob a modernidade, apesar dos esforços (incluídos através da mobilização deste discurso de espaço) para produzi-lo. Similarmente hoje, no meio do assim chamado espaço de fluxos da globalização, novas barreiras estão sendo erguidas, novas fortalezas sendo construídas.

Mas uma terceira abordagem para entender o espaço/sociedade também emergiu. Esta abordagem imaginaria o espacial como a esfera da justaposição - ou coexistência - de narrativas distintas, como produto de relações sociais imbuídas de poder; também seria uma revisão do espaço que tenta enfatizar a sua construção social e a sua necessária natureza imbuída de poder.<sup>24</sup> Dentro desse contexto, 'lugares' podem ser imaginados como

---

<sup>24</sup> Veja a nota 1.

articulações específicas destas relações sociais, incluindo relações locais ‘dentro do lugar’ e muitas daquelas conexões que vão além. E todas estão articuladas em camadas de histórias complexas. Este é o lugar aberto, poroso, híbrido – este é *lugar como lugar de encontro* (novamente a importância de reconhecer no ‘espacial’ a justaposição de diferentes narrativas). Esta é uma noção de lugar onde a especificidade (lugar sem igual, um sentimento de lugar) deriva não de algumas raízes internas místicas nem de uma história de isolamento relativo – agora a ser desfeita pela globalização – mas precisamente da particularidade absoluta da mistura de influências ali encontradas juntas.

Mas ‘culturas’ e ‘sociedades’ também podem ser imaginadas desta maneira.<sup>25</sup> Como constelações de relações sociais configuradas para formar um tempo-espço. Uma vez mais elas são abertas, porosas, inventadas e particularizadas como produto de interação. Pode ser uma ‘comunidade local’ (um grupo indígena, digamos) ou um Estado-Nação, onde a hibrididade interna é, no entanto, relacionada a um espaço específico. Mas também pode facilmente ser o Atlântico Negro de Paul Gilroy, geograficamente mais difuso e complexo; interligado com outras tradições culturais, ao mesmo tempo em que também está formando seu próprio espaço-tempo. As formas e as características destas constelações podem (irão) mudar com o tempo. Elas podem apresentar coesão e podem dissolver-se. Elas não são necessariamente espacialmente próximas ou excludentes (apesar de que possa haver tentativas).

Limites podem ser desenhados ao redor de lugares e culturas; limites geográficos ou institucionais. Às vezes pode haver tentativas de forçar a sua coincidência. A criação ou não destas fronteiras são o resultado ou a expressão de poder social (que por sua vez pode ser defensivo ou ofensivo). Mas quando concebidas, tais fronteiras cercarão, constituirão, envelopes de *tempo-espço*. Temos, então, por exemplo, sido testemunhas de um (moderno) período em que envelopes de tempo-espço chamados de ‘estados-nação’ foram típicos. E, com a suposição de que o isomorfismo entre cultura e lugar era ‘natural’, desenvolveu-se uma nostalgia por ‘comunidades locais’. Entidades limitadas eram (e ainda são em parte, como vimos) a maneira de domesticar o espaço-tempo daquele período, de fixar e estabilizar, ou tentar ao menos, uma vez que é uma tarefa impossível – significados e identidades em relação ao tempo-espço.

E eu quero dizer *tempo-espço*. Geralmente, talvez pensemos em ‘países’ (por exemplo), em relação a espaço-tempo, como áreas em um mapa plano. Mas pensemos em Hungria, ou Montenegro ou nos EUA. Eles não são áreas em mapas, eles são envelopes de espaço-tempo, rotulados e construídos, que uma vez não existiam (não havia tais limites e rótulos) os quais mudaram sua forma espacial ao longo da dimensão temporal, os quais sempre existiram em relação a outro lugar (não há identidades puras, histórias internas sem igual; estas fronteiras sempre estiveram assegurando operações), e que talvez algum dia venham a cessar de existir. A nação-estado (como qualquer sociedade ou cultura) é um *evento espaço-temporal*.

Estamos constantemente fazendo e refazendo os tempos-espço nos quais vivemos nossas vidas. E a globalização, imaginada através das lentes desta conceitualização de espaço-tempo, a globalização que estamos encarando agora, é uma reestruturação profunda, mundial daqueles espaços tempos, em linhas particulares. É um refazer daqueles espaços, lugares e culturas herdadas, mas sempre temporários e provisórios e que são sempre eles mesmos produtos híbridos de reestruturações prévias.

---

<sup>25</sup> Stuart Hall, ‘New cultures for old’, in Doreen Massey and Pat Jess (eds.) *A place in the world? Places, cultures and globalization* (Oxford: The Open University with Oxford University Press, 1995) p. 175-213.

Tal alternativa de imaginar-se a globalização, então, dificilmente aceitaria uma noção de uma mudança massiva e absoluta de um 'espaço de lugares' para 'espaço de fluxos'. Esta grande estória faz suposições incorretas sobre o passado (nunca houve um simples espaço de lugares – no seu extremo de isolamento cultural); falha em reconhecer os 'lugares' (os encerramentos, as fortalezas dos poderosos) que continuam a ser construídos no meio da globalização atual; falha em reconhecer que os espaços divididos da modernidade e a globalização como um espaço de liberdade são *projetos* nos quais discursos específicos sobre a relação entre espaço e sociedade são componentes importantes e eficientes; e conseqüentemente e mais que tudo, omite muito da construção de tempos-espaços através das relações sociais de poder.

Uma alternativa para imaginar a globalização atual, relativamente, seria reconhecer as rupturas, desigualdades e as divisões estruturais. O mundo global de hoje não é tão somente uma gloriosa mistura complexa e híbrida, também é um rompimento sistemático. Além do mais, estas 'diferenças geográficas' não são apenas uma questão da necessidade de alguns lugares de 'equipararem-se'. São sim, diferenças –desigualdades profundas – produzidas dentro do mesmo processo desta mesma (forma corrente de) globalização. E, finalmente, esta diferente imaginação da globalização – no meu modo de ver, um entendimento verdadeiramente espacial da globalização – recusaria reunir as diferenças espaciais sob o signo da temporalidade. Rejeitaria os contos da inevitabilidade os quais necessariamente acompanham tais narrativas singulares. Reconheceria, conseqüentemente, mais claramente os agentes, as agências e as relações de poder, que se estabelecem por detrás desta forma particular de globalização que estamos experimentando no momento. Em outras palavras, manteria aberta a possibilidade da existência de narrativas alternativas. Imaginar a globalização atual na sua real geometria de poder de espaço-tempo seria o início de um entendimento verdadeiramente espacial.

## Referências

BHABHA, Homi K. **The location of culture** . London: Routledge, 1994.

GRAY, John. **After social democracy: politics, capitalism and the common life**. London: Demos, 1996.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. 'Beyond "culture": space, identity, and the politics of difference'. **Cultural Anthropology** 7, 1992. p. 6-23.

HALL, Stuart. 'When was the "post-colonial"? Thinking at the limit'. In Ian Chambers and Lidia Curti (eds.) **The post-colonial question: common skies, divided horizons**. London: Routledge, 1996. p. 242-260.

HALL, Stuart. 'New cultures for old'. In Doreen Massey and Pat Jess (eds.) **A place in the world? Places, cultures and globalization** .Oxford: The Open University com Oxford University Press, 1995. p. 175-213.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance**. Cambridge: Polity Press, 1996.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. '**Globalization: ten frequently asked questions and some surprising answers**', **Sounding 4**, 1996. p. 47-66.

JAMES, C.L.R. **The black Jacobins**. London: Allison and Busby, 1938.

KING, Russel. 'Migrations, globalizations and place'. In Doreen Massey and Pat Jess (eds.) **A place in the world? Places, cultures and globalization**. Oxford: The Open University com Oxford University Press, 1995. p. 5- 44.

MASSEY, Doreen. 'Power-geometry and a progressive sense of place'. In John Bird, Barry Curtis, Tim Putnam, George Robertson and Lisa Tickner (eds.) **Mapping the future: local cultures, global change** London: Routledge, 1993. p. 56-69

MASSEY, Doreen. 'A global sense of place'. In Doreen Massey, **Space, place and gender**. Oxford: Polity Press, 1994. p. 146-156.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.